



O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações

Social imaginary during First Portuguese Republic and during the Sidonio Pais dictatorship

Ana Maria Saldanha

Doutora pela Universidade de Lisboa e Université Stendhal - Grenoble III
Instituto Politécnico de Macau (IPM)
anasaldanha2@gmail.com

Recebido em: 25/05/2018

Aprovado em: 20/08/2018

Resumo: Debruçar-nos-emos sobre o período que decorre entre a instauração da República, a 5 de outubro de 1910 e o período ditatorial sidonista (1917-1918). Consideramos que a cada um destes períodos corresponde a manifestação de um imaginário social, ao qual subjazem determinadas imagens e símbolos. Neste sentido, consideramos que durante a instauração da República, o poder que viria a ser dominante, e que derruba a monarquia, recorre a uma imagética e simbologia em que a força de um coletivo supera a ideia até então predominante de um herói nacional – esta última consubstanciada num imaginário religioso-imperial e sebastianista –, a qual, no entanto, vir-se-ia a manifestar, de novo, durante a ditadura sidonista.

Palavras-chave: imaginário, República, Sidónio Pais, herói individual, herói coletivo.

Abstract: We shall look at the period between the establishment of the Republic on 5 October 1910 and the Sidónio Pais dictatorial period. We consider that each one of these periods correspond to a specific social imaginary, to which certain images and symbols underlie. In this sense, we consider that during the establishment of the Republic, the power that would become dominant, and that overthrows the monarchy, appealed to an imagery and symbolism in which the strength of a collective surpasses the idea of a national hero (that until then prevailed), which, however, would be manifested, again, during the Sidónio Pais dictatorship.

Keywords: imaginary, Republic, Sidónio Pais, individual hero, collective hero.

Introdução

Com este artigo, pretendemos compreender de que forma, em Portugal, uma força social, coletivamente considerada, levou adiante um novo processo sociopolítico – a República –, cuja simbologia e imagética se opuseram aos que haviam sido veiculados durante a monarquia. Nesse



sentido, acompanharemos as alterações e contradições simbólicas operadas durante a Primeira República, dando um enfoque especial à ditadura de Sidónio Pais.

Consideramos que a leitura da História não pode ser desvinculada das lutas sociais e, conseqüentemente, do ambiente político em que aquelas se inserem, razão pela qual consideramos que tampouco o imaginário pode ser estudado e lido sem que nele compreendamos um conteúdo político-social (ou, se quisermos, histórico).

Definida, usualmente, como uma faculdade do espírito humano capaz de produzir imagens na ausência de objetos que as provoquem, a imaginação tem uma ligação direta com as percepções humanas, possibilitando ao Homem libertar-se do mundo sensível, percecionado como real, e de criar livremente.

Foi, no entanto, necessário esperar por Jean-Paul Sartre para que a imagem fosse descrita como um ato de pensamento autêntico, como uma verdadeira espontaneidade criativa (apud BERNIS, 1985,p.6). Ponderada como uma forma de pensamento que vale por si mesma, considera-se, a partir de então, que imagem e percepção coexistem na consciência humana, tornando-se a imagem numa transposição da percepção, ou seja, no seu análogo simbólico (apud BERNIS, 1985, p. 6). Se, graças a Kant, a imaginação deixara de estar associada ao conhecimento e à realidade para se associar ao sonho e à criação artística, com Sartre, a imagem muda definitivamente de estatuto, tornando-se num ato de pensamento autêntico.

Graças ao contributo de novas orientações, a imaginação, o imaginário e a imagem foram, progressivamente, integrados em novos processos de investigação, mesmo se por modelos e postulados diferentes. De forma a se complementarem no enriquecimento de uma leitura do imaginário, várias foram as teorias que lhe conferiram um conceito metodológico e reflexivo, afastando-o das primeiras aceções que lhe foram atribuídas.

Segundo diferentes teorias, filosóficas, sociológicas, ou antropológicas, que se debruçaram sobre a imaginação e o imaginário, ora se considera a imaginação como uma faculdade de representação, intermediária entre a sensação e o conceito, ora, paradoxalmente, se lhe atribui a origem da consciência de toda e qualquer representação. Independentemente do ponto de vista abordado, a imagem parece dizer sempre mais do que aquilo que, aparentemente, mostra.

Assim sendo, consideramos, neste trabalho, que a imaginação constitui uma faculdade de representação do psiquismo, no seu conjunto, com todo o seu dinamismo orientado para o possível e, por vezes, para o irreal. Diferente da percepção, a imaginação permite a representação



de uma realidade ausente que apenas poderá estar presente através do ato imaginativo (ao contrário do ato perceptivo, que, através dos sentidos, permite uma apropriação da realidade). A imaginação possui, contudo, funções que se estendem para além da mera representação.

Tal como Bachelard (1942) defendeu, a imaginação não é uma mera forma de acesso à criação de seres e mundos imaginários, mas, igualmente, uma faculdade de explorar o imaginário. Consideramos, portanto, a imaginação no seu papel duplo de reprodução e de criação de sequências imagéticas. Não constituindo uma atitude meramente reprodutiva de imagens (reprodução de uma acção, objeto ou animal), a imaginação vai para além da realidade que nos é dada pelos órgãos dos sentidos e penetra no imaginário, que, desta forma, manifesta uma capacidade inventiva. As imagens criadas pela imaginação, e manifestadas através do imaginário, podem produzir-se em conformidade ou em discordância com a realidade de um objeto ou animal, anteriormente percebido. Objeto imaginário e objeto perceptivo constituem, consequentemente, dois objetos distintos: enquanto o objeto da percepção existe graças à experiência e à possibilidade de posse, o objeto imaginário depende do nosso trabalho mental, depende do sujeito que o elabora.

O imaginário corresponde a uma capacidade psíquica cuja função primordial é, tal como Sartre (2000; 2005) e Alain (1943) defenderam, constituída pela função imaginativa, a qual participa em toda a atividade humana. Real e irreal correspondem, neste sentido, a dois mundos que, ao longo do tempo, estiveram subjacentes à concepção de imaginação e de imaginário. Platão, por exemplo, havia considerado real qualquer coisa que oferecesse resistência e contato ao nosso esforço. Nesse sentido, os objetos imaginários contrapõem-se à realidade, a qual nos seria dada pelos órgãos dos sentidos.

Ao longo deste trabalho, seguiremos opções metodológicas propostas, quer por Cornélius Castoriadis (1999), quer por Gilbert Durand (2006). Com efeito, consideramos, na esteira do discípulo de Bachelard, Gilbert Durand, que o imaginário, povoado de símbolos, de mitos e de contos, constrói determinados valores sociais, sendo o resultado de imagens e de valores arquetípicos que são assimilados pelo sujeito imaginante. Partilhando, ainda, com Durand, o fato de o imaginário ser o vetor que ativa a faculdade do possível, consideramos, todavia, que o imaginário é mais uma faculdade do pensamento, paralelamente à realidade e à percepção, todos contribuindo para a manifestação plena e humanamente rica do pensamento e, consequentemente, da razão.



Nesse sentido, baseamos o presente trabalho nas estruturas antropológicas de Gilbert Durand, quem analisa as grandes estruturas que se encontram subjacentes aos mitos, afirmando a impossibilidade de existência de uma cultura sem mitos e sem símbolos. Para Durand, o mito precede a razão, enquanto o símbolo nos permite reflectir para além do conceito.

Durand critica, por conseguinte, tanto a tradição metafísica da imagem como a fenomenologia (incluindo Sartre), considerando que ambas veem a imagem como possuidora de propriedades pobres e passivas, ignorando a função psíquica e cultural da imagem:

L'image - aussi dégradée qu'on puisse la concevoir - est en elle-même porteuse d'un sens qui n'a pas à être recherché en dehors de la signification imaginaire. C'est finalement le sens figuré qui seul est significatif, le soi-disant sens propre n'étant qu'un cas particulier et mesquin du vaste courant sémantique qui draine les étymologies (DURAND, 1992, p. 24).

Paralelamente, seguiremos a proposta de Castoriadis no que concerne à aplicação da sua categoria de imaginário social. Para Castoriadis, a psicologia de um indivíduo baseia-se num *imaginário radical* (criador de novas representações), tal como o corpo social se apoia num imaginário (o *imaginário social*). Segundo Castoriadis, o imaginário social gera um magma de significações, de referências, de objetos, de papéis, que apenas tomam sentido numa determinada sociedade (da mesma forma que, inversamente, o que não se conforma com esse sistema de representações não existe para a sociedade em questão). A estas representações/significações, Castoriadis designa de *instituições*.

Para Castoriadis, qualquer representação individual é, nesse sentido, uma representação de si: tudo se situa sob o reino absoluto do princípio do prazer, o qual se encontra imbuído por uma libido primária e narcísica totalitária. Assim, para Castoriadis, o Homem não seria um animal razoável, mas antes um animal que é, antes de mais, louco, e que, posteriormente, se torna razoável. O imaginário radical de Castoriadis confunde-se, neste sentido, com o próprio poder de o ser humano fazer representações, pelo que o autor se rebela contra todos aqueles que dão primazia ao real, em detrimento da imagem.

O imaginário social, por seu lado, não é, para Castoriadis, o conjunto, ou a síntese, daquelas fantasmagorias privadas, por mais proféticas ou carismáticas que sejam (tais fantasmagorias já se encontram, aliás, segundo o autor, profundamente socializadas). E se, para Castoriadis, há uma irreduzibilidade da representação social para a representação psíquica, é porque o imaginário social é o que possibilita a constituição do indivíduo como um indivíduo social, apto para a vida em sociedade, ou seja, um indivíduo constitui-se como tal a partir da sua



participação em significações centrais coletivas, as quais o tiram da loucura autista em que havia vindo ao mundo.

Castoriadis coloca, em suma, uma complementaridade dinâmica entre o imaginário social (coletivo) e a imaginação radical do ser humano (singular) que faz com que o indivíduo e o social se unam em um único movimento *historicizado* de autotransformação.

Consideramos, ainda, no seguimento de Paul Ricoeur (1976; 2005), que a ideologia e a utopia constituem, por seu lado, duas facetas do imaginário social. Neste sentido, consideramos que ambas apresentam estruturas simétricas e são utilizadas de forma complementar, funcionando conjuntamente de forma a definir identidades coletivas de diferentes grupos humanos.

Segundo Ricoeur, a imaginação pode tomar dois caminhos distintos: garante da ordem ou destrutora daquela. No primeiro caso, a imaginação leva adiante "um processo de identificação que reflete a ordem. A imaginação aparente, neste caso, um quadro" (2005, p. 350). A ideologia representa, pois, esta primeira forma de imaginação, surgindo como garantia e salvaguarda. Tem, neste caso, como função, a preservação de grupos ou de indivíduos.

No segundo caso, a imaginação torna-se perturbadora, oferecendo uma imagem produtiva que "é outra coisa, algo fora" (2005, p. 350). A utopia encarna esta exteriorização, este olhar que não se sabe de onde vem radicalmente externo. Ora, segundo Ricoeur, tanto a ideologia como a utopia apresentam uma dimensão socialmente construtiva.

Para terminar, assinalamos que seguiremos, igualmente, a opção metodológica proposta por Saldanha (2011), segundo a qual o imaginário social português se pode subdividir em duas grandes manifestações, o *imaginário do protagonista coletivo* e o *imaginário do herói individual* (que ora se patenteiam alternada, ora concomitantemente).

O *imaginário do herói individual* testemunha a representação heroica e imperial de um indivíduo, que é, simultaneamente, o representante imperial de uma nação, conquanto o segundo, opondo-se simbólica e imageticamente ao primeiro, destrói a imagem do salvador deificado, trazendo para o plano do imaginário a importância da ação coletiva como força motriz da mudança e da evolução histórica (SALDANHA, 2011).

Ao estudarmos a dualidade imagética aqui proposta baseamo-nos, em suma, na dialética dos processos sociais. Assim, o *imaginário do herói individual* é apropriado pelas classes dominantes



de organizações socioeconómicas que buscam na heroicidade de um passado a base simbólica para veicular valores de submissão e de conformismo, enquanto o *imaginário do protagonista coletivo*, reagindo ao simbolismo e mitologias do anterior, veicula a liberdade de ação coletiva.

Fomos, então, levados a considerar que os dois imaginários estão subjacentes a determinados períodos da História de Portugal. Com efeito, tendo em consideração a evolução social e o constante movimento dos processos históricos, consideramos que à instauração da República correspondeu a manifestação de um imaginário social no qual predomina a imagem de um herói, coletivamente considerado, conquanto na monarquia se manifestou o imaginário antagónico.

Apesar disso, consideramos que o imaginário do herói individual se manifesta, igualmente, em determinados períodos da República, sobretudo durante os períodos ditatoriais. No presente trabalho, centrar-nos-emos em um destes períodos: a ditadura de Sidónio Pais (1917-1918).

O imaginário do protagonista coletivo e o imaginário do herói individual

Quando atribuímos a um personagem, histórico ou mítico, a designação de herói, significa que a ele são outorgadas as características dos heróis da antiguidade. Ser semidivino, iluminado e/ou poderoso, ele distingue-se dos restantes seres humanos pelos seus atributos individuais.

O herói atravessou diferentes culturas e, em cada uma delas, assumiu características que haviam permitido a vitória de uma nação, a concretização de um desejo coletivo ou a implantação de uma ordem desejada. As obras épicas distinguem-se, aliás, das restantes narrativas pela exaltação do herói que domina todas as outras personagens: encontramos-lo na literatura persa (*Guilgamesh*), assim como na literatura grega ou indiana.

A epopeia grega clássica, por exemplo, oferece-nos diversos exemplos de heróis; eles são, frequentemente, filhos de um pai ou de uma mãe que possui uma natureza divina, tendo sido o seu nascimento precedido de um oráculo, de um sinal ou de um milagre. O homem acedia ao estatuto de herói através de um afrontamento com um opositor, bestializado e representado como o mais perigoso dos seres para uma determinada comunidade. A criação de um herói mítico, em contraposição a um opositor, causador de todo o tipo de males e que por aquele será vencido, tinha, assim, como objetivo, a retoma de uma ordem originária que fora perturbada pela monstruosidade do opositor do herói. Todos os cidadãos dever-se-iam, por conseguinte,



comportar como o herói, para, deste modo, serem reconhecidos pela comunidade e receber as benesses consequentes, frequentemente de ordem económica (o que permitia ao novo herói manter a sua posição como tal).

Ora, também os regimes totalitários e fascizantes buscaram a antonomásia heróis para glorificar uma política repressiva e/ou colonial, assim como para estabelecer uma ordem repressiva face a uma pretensa ameaça, frequentemente ideológica¹, exterior. O herói salva o mundo, renova-o, inaugura uma nova etapa ou ordem (cf. ELIADE, 1949). A sua magnificência é de uma importância coletiva tal que ele se impõe, frequentemente, como chefe político ou militar. O herói é, habitualmente, masculino.

A mulher, associada à maternidade e à sedução, é, sobretudo, representada como a tentação à qual o herói deve resistir para atingir os seus fins: ela representa, portanto, uma ameaça para a concretização das ações heroicas da personagem que deseja distinguir-se dos demais. Se, ao contrário, a mulher não representa uma ameaça ou uma tentação, ela aparece como a Sabedoria ou, no universo cristão, como a Graça que transporta a doçura, a tranquilidade ou a recompensa após um combate. Apesar disso, existem exemplos de heróis femininos (como as amazonas).

Afrontando os seus rivais, desejado pelas mulheres (como Ulisses), impondo-se à sociedade pela força dos seus valores e armas, o herói ganha o lugar desejado pela maioria dos homens. Ele apresenta, igualmente, uma característica etária: o herói acede ao patamar do heroísmo, sobretudo, quando jovem. A velhice passá-la-á, tranquilamente, num mundo terreno ou além-terra, num repouso merecido, graças à concretização de feitos heroicos durante a sua juventude.

O herói é, igualmente, em muitas ocasiões, assistido por um companheiro: Pátrocolo é o companheiro de Aquiles, Enkidou é o companheiro de Gilgamesh, Afonso Henriques é acompanhado por Soeiro Mendes (numa crónica mais antiga) ou por Egas Moniz (numa crónica mais recente). Os companheiros são, no entanto, meros coadjuvantes e não eliminam o carácter individual do herói.

Consideraremos, porém, a existência de um protagonista coletivo (SALDANHA, 2011), em oposição ao herói que acabamos de descrever.

¹ Remetemos o leitor para a Introdução deste trabalho e para a aceção de ideologia que aí formulamos, no seguimento da proposta de Paul Ricoeur.



As características individuais do herói elevam-no a um patamar que o aproxima de Deus (ou dos deuses), já que as suas particularidades são completamente distintas das que pertencem aos seres humanos ordinários. O protagonista coletivo, ao contrário, não encerra, nele próprio, estas características maravilhosas. Ele é constituído por um conjunto de seres humanos que, individualmente, não apresentam qualquer especificidade sobrenatural. O homem ou a mulher que se inserem no protagonista coletivo não se distinguem, por isso, dos demais: é, todavia, pela força coletiva destes homens ordinários que se concretizam atos aparentemente extraordinários ou inauditos. É, igualmente, graças a esta força coletiva que, por vezes, o protagonista coletivo pode assumir uma heroicidade cujas características parecem aproximá-lo do herói individual. Porém, os homens que, num determinado momento da história, constituíram o protagonista coletivo, não poderiam, individualmente, realizar os atos que, coletivamente, foram possíveis. O protagonista coletivo assume-se, deste modo, como um ente coletivo cujo devir histórico é por ele protagonizado. Unindo sinteticamente os opostos, o imaginário do protagonista coletivo compreende algumas das estruturas do regime noturno sintético do imaginário durandiano (cf. DURAND, 1992), sendo constituído por uma estrutura sintética na qual o futuro se torna presente (DURAND, 1992, p.348) graças à síntese que resulta da luta dos contrários (DURAND, 1992, p. 348).

O imaginário do herói individual apela, pois, à manifestação dos símbolos durandianos ascensionais (a verticalidade, a asa, o chefe), espetaculares (a luz, o sol) e diaréticos (o que corta e purifica, as armas) – os quais, por sua vez, exprimem a fuga perante o Tempo ou a vitória sobre a Morte. Ora, sendo que aqueles símbolos constituem sistemas de imagens polarizadas em volta da antítese Luz/Trevas, característica do regime diurno do imaginário durandiano consideramos que o imaginário do herói individual recorre à manifestação simbólica das estruturas diurnas do imaginário (as quais fornecem uma explicação para as atitudes sociais que fazem com que o homem busque, de forma obcecada, a distinção). O imaginário do herói individual implica, portanto, o regime diurno de imagens de Durand.

O imaginário do protagonista coletivo, por sua vez, valoriza a síntese, não como unificação, mas antes como salvaguarda das distinções e oposições. Ora, este carácter dialético ou contrastante do que Gilbert Durand caracterizou como estruturas de harmonização dos contrários é uma característica do regime noturno (sintético). Neste sentido, se compreendermos, no seguimento de Gilbert Durand, que esta estrutura do imaginário – fundada no mito de Jessé (o qual se encontra, por sua vez, na origem de mitos otimistas e progressistas do Ocidente) – é



progressista, podemos assimilar determinadas manifestações simbólicas do regime noturno durandiano ao imaginário do protagonista coletivo.

O herói individual e o protagonista coletivo: prevalência e luta simbólica

A República fizera apelo a imagens e símbolos, arquétipos típicos do imaginário do herói individual, que predominara durante a monarquia. Apesar disso, mitos arquétipos perduravam no imaginário social português, os quais o impediam de se libertar totalmente daqueles. Nesse sentido, assistimos a uma coexistência de ambos os imaginários, sobretudo até à instauração da ditadura de Sidónio Pais, momento a partir do qual volta a predominar, ainda que provisoriamente, o imaginário heroico e imperial. A sobrevivência deste imaginário, no período que se estende de 1910 a 1917, revela-se através da manutenção e da recriação mítica de heróis nacionais por parte dos republicanos.

A Geração de 70 (Antero de Quental (1842-1891), Eça de Queiroz (1845-1900), Oliveira Marques (1845-1894), entre outros), na sua busca de uma identidade portuguesa que se havia perdido, procurara encontrar figuras históricas que representassem a *raça* portuguesa, a nação, e, uma vez encontradas, mitificaram-nas.

Naquela mitificação heroica encontramos a ressurgência da figura de Camões, a qual, especialmente com Teófilo Braga (1843-1924), assume a função sintetizadora do Estado-nação, enquanto segundo Presidente da República Portuguesa. Teófilo Braga cria, assim, o *supra-Camões*: o poeta que teria morrido em 1580 (data do fim da independência nacional) é galvanizado, transformando-se a data da sua suposta morte na data representativa da afirmação nacional de independência. O carácter histórico de Camões foi, deste modo, gradualmente, substituído pelo mito, «uma espécie de santo padroeiro do culto da Humanidade segundo a doutrina de Augusto Comte» (MEDINA, 1986, p. 14). Nesta tentativa (vitoriosa) de assimilação do poeta à grandeza da própria nação, Teófilo de Braga utilizou um método de heroificação que se aproxima do método clerical de santificação.

Mitificando a imagem de Camões (exemplo a ser seguido), o imaginário do protagonista coletivo não foi, deste modo, capaz de subalternizar a imagem arquetípica do herói. Assistimos, assim, durante a República, a uma síntese de ambos os imaginários: Camões, mitificado, é o representante da República (cf. MEDINA, 1986). A mitificação de Camões é tanto mais patente quando os seus pretensos ossos são os primeiros a serem trasladados para o Panteão do Mosteiro dos Jerónimos. Segundo João Medina, Camões torna-se, então, num *arquimito*, utilizado pelo



P.R.P. – o Partido Republicano Português, numa “operação de convergência ou de assimilação dum Grande Mito Nacional” numa lógica recuperação da “ideologia patriótica [...] do Partido Republicano luso e [d]a figura emblemática do Bardo que cantava as Descobertas, a Expansão territorial e o Império” (MEDINA, 1986, p. 14).

Esta mitificação camoniana conduz o historiador João Medina a assimilar o *supra-Camões* setentista ao Encoberto messiânico: “o Camões mítico do Tricentenário passa a ser o Encoberto aguardado pelo messianismo de barrete frígio” (MEDINA, 1986, p. 16). A tradição simbólica de heroificação nacional de uma figura histórica é defendida por Guerra Junqueiro² (1850-1923) nos seguintes termos:

O Nome sagrado de Camões junta-nos hoje aqui em fraterno convívio, durante algumas horas. Camões é Portugal, e a festa de Camões o dia santo da Nação. Celebremos o herói religiosamente, vivendo este dia na sua alma, comungando no pão do seu espírito. Adorem-lo para nos sublimar, para que nos atraia e venha a nós. As línguas de fogo só descem quando se desejam, e os santos só nos ouvem quando estamos próximos.

Camões é o génio lusitano, a idealidade da raça, um herói. Pertence ao grupo dos mortais, dos que viveram no mundo o breve instante, com olhos de eternidade e de infinito.

A vida resolve-se em dor e amor, e ele amou e sofreu como poucos homens. Amou a justiça, amou a virtude, amou a beleza. Amou a Pátria na humanidade, a humanidade no universo, e o universo em Deus. E desse imenso amor fez colheita de luto e colheita de dor. Semeou beijos e nasceram-lhe víboras. Pôs na frente da Pátria um diadema de estrelas, e recebeu por galardão uma coroa de cardos (cit. in MEDINA, 1986, p. 17-18).

Na heroificação que faz de Camões, Junqueiro recorre aos símbolos religiosos, em estreita conexão com o positivismo comtiano. Camões torna-se, assim, num *santo* laico. A teoria comtiana³ deixou, desta forma, a sua influência no campo do imaginário. Por um lado, o republicanismo assimilou a *teoria dos três estados* e a crença na necessidade imperiosa do advento de um *estado positivo* e, por outro, assimilou (mesmo se timidamente) as teses místicas comtianas.

²Alberto Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923), foi um poeta, jornalista e escritor português, dedicado à causa republicana, a qual enalteceu em vários dos seus poemas. Foi um dos mais proeminentes escritores do realismo português.

³Isidore Auguste François Xavier Comte (1798-1857), fundador da escola positivista, defende que a filosofia positiva permite a progressão da ciência e a reorganização da sociedade. Segundo a lei dos estados teológico ou fictício, metafísico ou abstrato e positivo ou científico, a humanidade caminhava para o progresso baseado na *verdade científica*. Alguns dos discípulos de Comte criticarão, contudo, o seu regresso a concepções metafísicas que, inicialmente, buscara ultrapassar, nomeadamente com a defesa de uma *religião da humanidade*.



Embora, em Portugal, o positivismo se tenha caracterizado, fundamentalmente, pelo cientismo e por uma crença na evolução e no progresso, a pretensão de institucionalizar uma *religião da humanidade – o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim* – não foi completamente posta de parte. A síntese imagética do misticismo comtiano e da imagem arquetípica do *herói* permitiram, por conseguinte, a ressurgência mítica de heróis nacionais, de que é exemplo o *supra-Camões* teofilino ou junqueiriano.

Os símbolos religiosos não foram, em conclusão, abandonados pela República, antes tendo sido recriados: a simbologia judaico-cristã é, então, paganizada ou laicizada com o intuito de aviltar a nação imperial portuguesa. No seu Manifesto de 1891, o P.R.P. já defendera a «criação de um Panteão nacional para as honras cívicas» (parte I). A ideia de Império, nação superior que Camões tão bem havia descrito na sua epopeia *Os Lusíadas*, encontra-se, desta forma, subjacente, em parte, à própria ideia de República, na continuidade do ideário imperial oitocentista.

Não obstante a coabitação imagética entre o imaginário do protagonista coletivo e o imaginário do herói individual, o primeiro prevalece. Nesse sentido, o apelo a um imaginário no qual as massas derrotam o herói para construir uma alternativa, é a imagem prevalecente no discurso e simbologia republicanos.

A Primeira República: História e imaginário

Várias têm sido as interpretações sobre a Primeira República⁴ e os acontecimentos que lhe deram origem. É, no entanto, consensual que tenha durado de 5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926, quando um golpe de estado militar lhe põe término.

Em geral, os historiadores que sobre este período se debruçaram dividem-se em dois grandes campos: por um lado, encontra-se a historiografia que considera a Primeira República como um momento de rutura relativamente à Monarquia Constitucional que a precedera, por outro, encontra-se a historiografia que, ao invés de considerar a Primeira República como uma rutura face ao período anterior, antes a insere num continuum liberal que remonta ao século XIX.

⁴ Relativamente aos diversos trabalhos publicados sobre a Primeira República, aconselhamos a leitura da Conferência de António Candeias, "A Primeira República Portuguesa (1910)1926): educação, ruptura e continuidade – um balanço crítico", disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15055.pdf>



Dentro da primeira leitura da historiografia primo-republicana encontra-se António de Oliveira Marques (1978, 1981, 1991, 2000), mas também outros autores como António José Tejo (1980,1984), Jacinto Baptista (1983) e Fernando Catroga (2000), este último incidindo o seu estudo sobre a formação e ideologia do movimento republicano português. Dentro da segunda leitura, encontram-se autores como Armando de Castro (1971, 1979) ou Manuel Villaverde Cabral (1979). Os autores que se inclinam para esta leitura historiográfica consideram a Primeira República como um fenómeno emergente de uma crise que despoletara na década de 80 do século XIX, num momento em que os países de capitalismo mais avançado condicionavam o desenvolvimento dos países capitalistas mais atrasados (RIOUX, 1971).

O certo é que a proclamação da República, apesar de incongruências e de conflitos internos, constituiu um momento maior da História de Portugal. Em termos imagéticos, e como já referimos, este momento maior foi protagonizado por um imaginário social que apelara à ação motora do povo. Esta ação não perdurará, porém, de forma homogênea, ao longo da Primeira República.

Durante a Monarquia, a luta pela República ganhara adeptos crescentes entre as várias camadas da população, sobretudo entre as massas populares, que, a 5 de outubro de 1910, lhe manifestam o seu apoio. Estas manifestações populares de apoio realizaram-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, em particular na região de Lisboa. O povo, na sua aspiração a melhores condições de vida e de trabalho, por mais direitos e justiça social, provoca uma mudança social e histórica, ocupando as ruas e afirmando a soberania nacional. Estas manifestações apenas podem ser compreendidas considerando a força do conjunto das massas populares, que, pretendendo uma ordem e valores novos, possibilitaram o ressurgimento de um imaginário que se acordasse com as suas aspirações.

O mito messiânico da crença num herói *salvador* da nação é, assim, transposto para um plano secundário. Não é o rei-salvador que se espera, pelo que a mudança não é transposta para um hipotético herói, mas para a força assumida por um coletivo.

As condições sociais e laborais propostas pelos republicanos, e que haviam permitido a ressurgência de um imaginário social contrário ao conservadorismo mítico sebastianista, não seriam, contudo, plenamente realizadas. Nalguns casos (como no direito ao voto) verificou-se um recuo. Esta situação, agravada pela entrada em guerra de Portugal, ao lado dos Aliados, criou um desânimo crescente e o entusiasmo inicial foi-se esbatendo.



As imagens de esperança, de avanços, de construção de uma nova era, impulsionadas pelos republicanos, e assimiladas pela população, começam, gradualmente, a dar origem à imagem sebastianista de um *chefe-salvador*, num retorno aos arquétipos do monarca soberano (DURAND, 1992, p. 156), permitindo o (re)nascimento da ideia de um país que busca um rumo e uma nova era (que, num determinado momento da Primeira República, já se considerava perdida). A Idade do Ouro prometida voltara a ser uma aspiração. As imagens construtivas de um progresso social, subjacentes à ideia de um novo sistema político, são, assim, superadas por mitos arquétipos messiânicos.

Os avanços republicanos

A implantação da República conduziu ao poder o Partido Republicano, tendo sido formado um governo provisório sob a presidência de Teófilo Braga. Nos primeiros dez meses de governação, o Governo Provisório concretiza algumas das reformas propostas pelo Partido Republicano, consolidando o regime e logrando o reconhecimento exterior. Porém, após o primeiro ano de governação, o governo republicano afasta-se das exigências e esperanças populares, iniciando uma (auto)destruição simbólica e, conseqüentemente, imagética do ideário republicano.

A 28 de maio de 1911 realizam-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a qual elabora uma nova Constituição (Constituição de 1911). Novas e importantes transformações na vida política do país são homologadas pela Lei fundamental, na qual se consagram os direitos e garantias individuais e o pluripartidarismo.

Um dos aspetos mais revolucionários desta Constituição consistiu na laicização do Estado. Previu-se a igualdade de todos os cultos, sem dar qualquer tipo de primazia à Igreja Católica. Separa-se a Igreja do Estado (Lei de 20 de abril de 1911), estipulando-se a nacionalização dos bens eclesiásticos. O ensino religioso nas escolas públicas é proibido e institui-se o registo civil obrigatório para os nascimentos, matrimónios, divórcios e óbitos, como defendera o P.R.P., desde a sua constituição: “Liberdade de consciência e igualdade civil e política para todos os cultos. Abolição do juramento nos atos civis e políticos. Registo civil obrigatório para os nascimentos, casamentos e óbitos. Liberdade de imprensa, de discussão e ensino” (*Manifesto do P.R.P. de 1891*, parte II, artigo 2º, ponto 1).

No plano político, estabelece-se a representatividade parlamentar, assim como a separação tripartida de poderes: o poder legislativo cabe ao parlamento – o Congresso da



República –, o poder executivo reparte-se entre o governo e o Presidente da República, competindo o poder judicial aos Tribunais. Institui-se, portanto, um regime parlamentarista, no qual predomina o poder legislativo relativamente ao poder executivo: o Governo deve assumir as suas responsabilidades perante o Congresso, o qual possui o poder de destituição do Presidente da República (eleito por sufrágio).

No plano laboral, vários são, igualmente, os progressos, ganhos, frequentemente, graças à capacidade de reivindicação dos trabalhadores⁵. No diploma legal de 10 de maio de 1919, o regime de duração do trabalho é alterado, fixando-se a duração máxima de oito horas diárias⁶ e de quarenta e oito horas semanais (para o comércio, a função pública e a indústria).

A República reconhece, igualmente, o direito à associação profissional para efeitos de cessação de trabalho: o direito à greve é, finalmente, conquistado. Por outro lado, no sentido de promover a qualidade de vida da população é criado um Serviço de Assistência Pública. Adotam-se, desta forma, diplomas que criam o seguro social obrigatório contra desastres no trabalho e o seguro social obrigatório na doença, na invalidez, na velhice e na sobrevivência– todos datados de 10 de Maio de 1919. Graças à política de instrução da República, reduz-se, significativamente, o analfabetismo: de 75.1%, em 1911, passa para 67.8%, em 1930 (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

Não obstante os importantes progressos sociais, o Partido Republicano encontrava-se dividido. As divisões internas no seio do Partido Republicano originaram, aliás, a criação de diferentes partidos, nomeadamente após o Congresso do P.R.P. de 27 e 30 de outubro de 1911: surgem, desta forma, o Partido Democrático ou Partido Republicano Português (1912), o Partido Evolucionista (1912) (partido pouco representativo) e a União Republicana ou Partido da União Republicana (1912). O Partido Socialista continuava, por seu lado, ativo.

Os recuos e a descrença na República

⁵ Rapidamente os avanços republicanos ficam, porém, aquém das expectativas. Assim, a 29 e 30 de janeiro de 1912 eclode a primeira greve geral. Numa primeira fase, o governo opta pela negociação. Numa segunda fase, o governo decreta o estado de sítio em Lisboa (onde se situava o órgão dirigente do movimento, a União de Sindicatos de Lisboa), encerrando a sede do movimento operário (Casa Sindical) e prendendo centenas de pessoas. Não obstante, os movimentos de reivindicação prosseguem. Entre 1911 e 1914 organizam-se diversos congressos de trabalhadores e desenvolve-se, em paralelo, o movimento anarquista. Perante o desenvolvimento das lutas e reivindicações sociais, é criado, em 1916, o Ministério do Trabalho e da Providência Social.

⁶ Igualmente adoptada em França, a lei das *oito horas* resulta da sua aprovação na Conferência de Paz de Paris, a 28 de junho de 1919. Os Aliados (incluindo Portugal) e a Alemanha assinam um acordo, no qual se recomenda a jornada diária de oito horas de trabalho. Em novembro, por ocasião da Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, reafirma-se o princípio *civilizacional* das oito horas diárias. Desta Conferência sairá, aliás, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual Portugal é membro fundador.



Apesar dos avanços sociais, das conquistas laborais alcançadas e do estabelecimento de uma proteção social universal, a Primeira República confrontou-se com diversos problemas internos que tiveram como consequência uma crise permanente das instituições.

Várias são as causas apontadas para a crise que conduziu à queda da Primeira República e para o gradual afastamento da população portuguesa do novo regime: a oposição organizada dos sectores monárquicos e católicos à República, as divisões internas no seio do próprio Partido Republicano, a incapacidade do Congresso em estabelecer uma linha governativa única, o envio de soldados para a Primeira Grande Guerra, a crise económica e a consequente agitação social.

As limitações à Lei da Greve publicada em dezembro de 1910, numa conjuntura em que as greves se sucediam, contribuíram para exaltar os ânimos das classes populares. Em janeiro de 1911, batalhões de voluntários da República manifestaram-se contra os movimentos grevistas, ato que, desde logo, nos remete para as hostilidades que cedo se começaram a manifestar entre o movimento operário e o regime republicano. Entre 1910 e 1917, e entre 1919 e 1921, várias greves agitaram o país. Aproveitando-se da instabilidade social, diversos grupos católicos e monárquicos ganham importância, sobretudo a partir de 1917. Paralelamente, desenvolve-se uma oposição de *esquerda*, na qual grupos de intelectuais procuram encontrar soluções para a difícil situação económica e social do país (de que é exemplo o grupo fundador da Revista *Seara Nova*).

A desilusão republicana e a fragilidade da economia conduziram, entre 1910 e 1915, a uma emigração maciça para o Brasil e para a América do Norte. A pequena reserva financeira conseguida por Afonso Costa não foi, por seu lado, suficiente para dar confiança às classes abastadas e travar a crescente fuga de capitais para o estrangeiro; o défice do comércio externo crescia e as exportações diminuía (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

Em quinze anos e oito meses, a Primeira República teve um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes. A República portuguesa foi, por conseguinte, o regime parlamentar mais instável da Europa: “na ‘arena da República’, as paixões pessoais e ideológicas entrecrocaram-se, tendo desencadeado forças que prepararam o terreno para a intervenção dos militares na política e para a instauração da ditadura” (WHEELER, 1979, p. 865).

Neste contexto, cresce, entre os militares, a crença de que as forças militares seriam o baluarte da independência nacional e o guardião das liberdades da população, estando destinadas a *salvar* o país das carências e erros republicanos. Prepara-se, assim, o terreno para a ressurgência



do imaginário do herói individual, no qual o Exército ou um dos seus chefes iria corresponder à imagem do *salvador* messiânico sebastianista, “roi juriste, prêtre ou guerrier” (DURAND, 1992, p. 162).

A Ditadura de Sidónio Pais: primeira ditadura consubstanciada no imaginário do herói individual

Uma ditadura lançará as bases imagéticas e políticas da ditadura militar que será instaurada em 1926. Referimo-nos à ditadura de Sidónio Pais que, apesar de breve, foi a primeira experiência ditatorial portuguesa (com a exceção da brevíssima ditadura de Pimenta de Castro, em 1915).

Em 1911, Manuel de Arriaga⁷ (1841-1917) (Partido Republicano) é eleito Presidente da República. Com o objetivo fundamental de manter as suas colónias, Portugal intervém na guerra de 1914-18, ao lado dos Aliados. Em janeiro de 1915, Manuel de Arriaga nomeia para Presidente do Conselho o General Pimenta de Castro (1846-1918), sem a sanção do Congresso. Até maio de 1915, Portugal foi, então, governado sob o signo de uma *proto-ditadura militar*, que contou com o apoio de unionistas, evolucionistas, uma parte do exército e monárquicos, assim como do próprio Presidente da República. A 14 de maio de 1915, os Democráticos rebelam-se contra esta tentativa de instauração de uma ditadura e fazem eclodir, em Lisboa, uma revolta armada, com o apoio da Marinha, de parte do exército, de civis, da Maçonaria e da Formiga Branca. O governo cai, Manuel de Arriaga demite-se e o Congresso elege, em sua substituição, Teófilo Braga. Nas eleições presidenciais de agosto de 1915 é eleito Bernardino Machado⁸.

A instabilidade política marcou, desta forma, os primeiros anos da República, situação que aliada ao esforço de guerra deu origem a um desastre económico: escassez de géneros, racionamento (entre as classes inferiores urbanas registaram-se situações de fome), consequente agitação social e repressão severa dos diferentes governos (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

Na Primavera de 1917, quando os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português (CEP) chegaram à frente de combate, as dificuldades de abastecimento, o açambarcamento e os altos preços provocaram a *revolução da batata*, com tumultos e assaltos em Lisboa e no Porto (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

⁷ De seu nome completo, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue.

⁸ O mandato de Bernardino Machado findará em 1917.



O imaginário do herói individual ressurgirá naquele ano, revelando-se na religião, através das supostas aparições de Fátima, e na política, através da figura de Sidónio Pais.

A 5 de dezembro de 1917, algumas unidades de Lisboa revoltam-se sob a chefia de um ex-ministro, o Professor e Major Sidónio Pais⁹ (1872-1918) (então membro do Partido Unionista), dando início ao *dezembrismo*. O governo demite-se, Bernardino Machado é intimado a sair do país e é instaurada uma ditadura militar, autointitulada *República Nova*. Para além de destituir o Presidente da República e de dissolver o Congresso, Sidónio Pais decreta alterações à Constituição e concentra em si todos os poderes.

Em 1918, Sidónio Pais funda o Partido Nacional Republicano. Em 28 de abril do mesmo ano realizam-se eleições legislativas e presidenciais. Único candidato, Sidónio Pais é eleito Presidente da República. Nas eleições legislativas, os três grandes partidos da *República Velha* recusam-se a participar, pelo que os nacionais-republicanos elegem 108 deputados e 31 senadores, os monárquicos elegem 37 deputados e 8 senadores, os católicos 5 deputados, sendo, ainda, eleitos 5 deputados independentes. O Partido Unionista, de que foi membro Sidónio Pais, e que fora o seu principal apoio político na revolta militar, passa, entretanto, para a oposição.

Sidónio Pais instaura uma ditadura militar que se destaca pelos desfiles militares, cavalgadas pelas ruas e receções luxuosas. A mística do *chefe* atinge, com Sidónio Pais, a sua plenitude, reencarnando, no imaginário coletivo, o messianismo sebastianista. Na instituição do que intitulou de “ditadura revolucionária” (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*), Sidónio Pais surge como um homem instituído pela vontade divina, herói libertador da nação do jugo estrangeiro, congregador da vontade do povo. Como “chefe da Revolução” (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*), Sidónio Pais reclama, no entanto, o necessário apoio dos órgãos do Estado:

Chefe da Revolução de 5 de Dezembro, sinto vivo prazer em ter podido conduzir o país com a colaboração de todos os que tomaram parte no movimento revolucionário e o apoiaram após oito meses de dificuldades inúmeras e de áspera luta de todos os dias contra a demagogia, tendo sempre assegurado a ordem e respeito pelas liberdades públicas e pelos direitos individuais, a uma situação perfeitamente normalizada, em que a soberania nacional se exerce por intermédio dos seus legítimos órgãos (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

⁹ Ministro do Fomento, no governo de João Chagas, de 4 de Setembro a 3 de novembro de 1911; Ministro das Finanças, no governo de Augusto de Vasconcelos, de 13 de novembro de 1911 a 16 de junho de 1912.



Crendo-se o representante e síntese da vontade coletiva da nação, Sidónio Pais afirma que a sua autoridade e governo se baseiam numa vontade superior do povo: “Foi para o povo que se fez a revolução de 5 de Dezembro [...]. Foi com os olhos sempre fitos no povo que governei durante o período ditatorial”(PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). Pais considera-se, portanto, o messiânico destruidor de uma idade anterior, durante a qual a soberania republicana portuguesa se encontrara em perigo: “Não só a pátria estava em perigo. Se elementos republicanos não encarnassem em si as aspirações do país a revolução poderia vir a apresentar a forma duma restauração monárquica. Era mister actuar rapidamente” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). O salvador da nação, exaltador nacional de uma *raça* suprema, considera instaurar uma nova era: “De muitos males enfermava a sociedade portuguesa. Raça de heróis, com altíssimas qualidades, que através da sua história tanta vez se tem afirmado, em todos os ramos da actividade humana”(PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). A “felicidade do povo” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*) seria, assim, a nova Idade de “Justiça, de Verdade, de Beleza” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Sidónio Pais apresenta-se como o representante do sentimento nacional, cuja tarefa consiste em honrar a República através da sua ação providencial. Utiliza, portanto, como recurso de propaganda, a ressurgência de *arquimitos* e uma simbologia que nos reenvia para um presente inspirado da heroicidade do passado. Apresenta, neste contexto, o trabalho agrícola como a qualidade inerente do amor à terra, e, conseqüentemente, à Pátria: “o melhor caminho a seguir para o salvamento da Pátria, porém, terminante, assevero que esse futuro deve e há de assentar na Agricultura [...] Estimo ver aqui o amor à terra, único que pode estimular o amor à Pátria” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Sendo o predecessor, no plano político, de Oliveira Salazar, Sidónio Pais apresenta a ditadura como uma ideia nova, única solução para os problemas do país, e defende a existência de um partido único: “A rotina dos partidos é um mal. É necessário formar um partido constituído por todos e para realizar a obra da República assim se deve fazer” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Pais (1918)apresenta, pois, a ditadura como uma soluçãonecessária– “o movimento de 5 de Dezembro foi antidemocrático” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*)– no qual a Igreja ocupa um lugar de relevo. Assume-se, a si próprio, como o



representante da reconciliação nacional – “Uma nova era de Liberdade, de Tolerância, de Respeito pelas crenças religiosas e pelas convicções políticas surgiu. É só numa tal atmosfera que a nação deverá prosperar. Ela precisa de uma base estável que não poderia encontrar-se senão na união espiritual de muitas almas” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 no Governo Civil de Santarém*)– e restabelece as relações com Roma, renunciando, assim, ao espírito progressista e laico da *República Velha*.

Ideologicamente, Sidónio Pais buscara no integralismo as suas bases. A chegada ao poder do fascismo italiano, em 1923 produziu um efeito importante entre as hostes da direita portuguesa, herdeira do integralismo e do movimento sidonista. A Cruzada Nuno Álvares Pereira, liga ultranacionalista fundada durante o sidonismo, “uniu e cimentou a reacção ditatorial desenvolvendo uma campanha de propaganda dentro da qual assume particular importância, a partir de 1923, o modelo italiano” (PINTO, 1999). Por seu lado, os sectores sidonistas aceleraram o processo fascizante:

Como em Itália, nós vivemos dificilmente nas pontas agudas de um dilema terrível – que pode ser fatal. Porém um dia que tivermos um pouco a visão nítida dos factos e quisermos seguir o exemplo de que Mussolini é uma expressão, com uma facilidade pasmosa poderemos resolver o problema nacional, sem termos que apelar para o expediente caprichoso de uma revolução. Bastará que nos organizemos como se organizaram em Itália os fascistas (*O Imparcial* cit. in PINTO, 1999).

Inicialmente apoiado pela população que, desiludida com a *República Velha*, procurava uma verdadeira melhoria das suas condições de vida e de trabalho, Sidónio Pais perdeu, gradualmente, o seu apoio. A instabilidade política continuara a ser uma constante da vida nacional – no espaço de um ano, registaram-se três remodelações ministeriais – e a política de guerra tivera como consequência o quase abandono dos soldados portugueses, durante a Grande Guerra, na Flandres, onde sofriam pesadas baixas (mormente na célebre batalha de *La Lys*, ocorrida em 9 de abril de 1918). Paralelamente à intensificação da agitação e ao descontentamento social, o clima de repressão tomou proporções até então desconhecidas: prisão, tortura, espancamentos. A volta a uma Idade de Ouro, “Eu não vivo no Portugal de hoje, vivo no Portugal de ontem, para o Portugal de amanhã” (PAIS, *Discurso pronunciado em 30 de Novembro de 1918 num banquete da Universidade de Coimbra*), não conseguira impor-se no imaginário coletivo e rapidamente o chefe, o guia, seria rejeitado, sobretudo pelas classes mais desfavorecidas. Pais conseguira constitucionalizar qualquer novo regime (presidencial ou parlamentar), não integrara os republicanos histórico (que, assim, optavam pela via conspirativa) e reprimira violentamente o operariado (que sofria com a fome e com as doenças).



Em 14 de dezembro de 1918, Sidónio Pais é assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa, por Júlio da Costa, antigo sargento que havia combatido contra os alemães, em África, e que havia participado na implantação da República, em 1910. O país mergulha, de seguida, numa profunda crise política e económica, provocada, sobretudo, pelos efeitos sociais e económicos resultantes da Primeira Guerra.

Com a morte de Sidónio Pais, o bloco sidonista divide-se em duas tendências antagónicas que se confrontariam durante os meses de janeiro e de fevereiro de 1919: por um lado, os monárquicos e integralistas que, através das Juntas Militares, pretendiam reinstaurar a Monarquia; por outro, os republicanos históricos que, aliados aos sectores reformistas sidonistas, se empenhavam na refundação da República. O Governo de coligação de José Relvas (1858-1929) - formado em janeiro de 1919 - logrou pacificar o país e, em maio de 1919, com a vitória nas eleições legislativas do Partido Democrático, iniciou-se a *Nova República Velha*.

Simbolicamente, a instabilidade dos primeiros sete anos republicanos, assim como a ditadura sidonista, acentuaram a interação da dualidade imagética portuguesa, uma vez que a República se mostrara incapaz de se libertar de imagens arquetípicas, que, progressivamente, se voltariam a impor no imaginário social.

Conclusão

À instauração da Primeira República (durante a qual havia prevalecido o imaginário do protagonista coletivo, assumindo as massas os valores progressistas republicanos) sucedeu-se, como referimos – em consequência das contradições internas do regime, das tentativas contrarrevolucionárias monárquicas e da crise económica –, a primeira ditadura europeia: a ditadura militar de Sidónio Pais. No plano imagético, Sidónio Pais apropria-se das imagens presentes no imaginário do herói individual.

Apresentando-se como o *salvador* da nação, Sidónio Pais fez ressurgir mitos arquetípos, para, de seguida, justificar uma política de carências, de submissão ao estrangeiro e à Igreja, e de apoio às grandes oligarquias. Sidónio Pais é, portanto, a figuração do herói individual que, no seguimento do cabralismo¹⁰, reencarna a nação, o divino e o povo.

¹⁰ Nome dado à política imposta pelo governo do Ministro de D. Maria II, António Bernardo da Costa Cabral. Em Portugal, nas eleições de 1836, o governo conservador, já instalado no poder, ganha, novamente, as eleições, e opta por prosseguir com uma política que tivera início em 1834. Apesar disso, deputados liberais do Porto opunham-se à prossecução de uma política que consideravam ser desastrosa política e economicamente. Ora, quando, em Setembro, os deputados liberais do Porto (Passos Manuel, Soares Caldeira, Leonel Tavares, Cassiano Tavares Cabral



O imaginário do herói individual manifesta-se na sua plenitude, num período histórico marcado pela crise, pela agitação, pelo descontentamento social e por um aumento da influência da Igreja. O pretense milagre de Fátima ocorrera¹¹, aliás, no ano de 1917, num momento em que católicos e monárquicos, aproveitando a crise económico-social, aumentavam os ataques à República e aos seus aspetos mais progressistas, clamando, um, o retorno à Monarquia e, outro, a instituição de um Estado baseado na fé católica.

O imaginário do herói individual servira ao sidonismo para instituir um sistema que se apoiava, ideologicamente, em valores totalitários e repressivos e, no plano económico, no capital industrial. Em íntima conexão com a religião, o sidonismo atacou o laicismo da República e pugnou pelo regresso a uma velha ordem.

Assumindo-se como uma nova Idade de Ouro, a *República Nova* constituiu, na prática, uma tentativa de conservação dos aspetos político-sociais mais conservadores da monarquia, sob a forma de uma ditadura militar. Na continuidade do clericalismo, que valoriza o regime diurno de imagens durandiano, o sidonismo trouxe a paz à Igreja portuguesa. A Lei de Separação de 1911 foi revista e certos aspetos foram modificados, restabelecendo-se as relações diplomáticas com o Vaticano. Sidónio Pais permitiu, assim, o renascimento do catolicismo, em detrimento do anticlericalismo que se encontrara subjacente ao imaginário que se manifestara em 1910.

e Morais Manta) chegam a Lisboa, para tomar posse como deputados, cria-se um movimento popular de revolta, apoiado pelas duas alas mais progressistas dos liberais, assim como pelo Exército e pelas classes mais desfavorecidas. O governo conservador é forçado a demitir-se e Passos Manuel (Manuel da Silva Passos) (1801-1862) assume a chefia do governo. À política que nasce com a revolta de Setembro dar-se-á o nome de Setembrismo. Passos Manuel assume, como representante da oposição, o governo do país, abolindo a Carta Constitucional (que havia sido reposta pelo rei D. Pedro, em 1834) e (re)pondo em vigor a Constituição de 1822. Pouco tempo depois, em 22 de Novembro, realizam-se novas eleições. Passos Manuel é eleito deputado e nomeado chefe do novo governo, elaborando uma nova Constituição. A Constituição de 1838, jurada pela rainha D. Maria II, é, contudo, menos progressista do que a Constituição de 1822, mas mais avançada do que a Carta, voltando a consagrar-se o princípio democrático constante da Constituição de 1822: «A Soberania reside essencialmente em a Nação, da qual emanam todos os poderes políticos». Volta, igualmente, a ser consagrada a divisão tripartida dos poderes, desaparecendo a referência ao poder moderador do rei. O monarca permanece, contudo, no seguimento da Carta, a gozar do poder de sanção das leis e de dissolução da Câmara dos Deputados. A política setembrista, apesar de ter sido constantemente confrontada com tentativas de golpes de estado por parte de conservadores, prevalece até 1842. Em 1837, um movimento liderado pelos duques de Saldanha e da Terceira, ambos marechais, chegou a criar «um simulacro de guerra civil». Paralelamente às críticas dos sectores mais conservadores, também a ala progressista liberal se encontrava descontente. É neste ambiente que o Ministro da Justiça, e grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889) – que ficou conhecido pela violência com que reprimira os tumultos na capital, quando fora administrador de Lisboa – surge como o homem forte que Portugal parecia necessitar. Num contexto de crise e de confusão ideológica, no qual as revoltas sociais e políticas se sucediam, o imaginário do herói individual manifesta-se na figura de Costa Cabral. Neste novo quadro político, a rainha D. Maria II nomeia um novo governo, chefiado pelo duque da Terceira, mas no qual Cabral é, na prática, o homem forte. Um novo ciclo conservador e autoritário tem, assim, início.

¹¹ Sobre o pretense milagre, ver Mário de Oliveira. *Fátima nunca mais*. Porto, Campo das Letras, 1999.



Quando o sidonismo findou, a ideia de um regime totalitário, sob os auspícios do cristianismo, não morreu com ele. As bases ideológicas¹², políticas e imagéticas estavam lançadas para a construção de um regime fascizante e totalitário que se imporia, em Portugal, entre 1926 e 1974. O sidonismo constituiu, portanto, um esboço de um regime político, alternativo ao parlamentarismo republicano, apesar de não ter conseguido substituir a representatividade liberal por um outro modelo estável. O discurso, a mobilização e os símbolos utilizados aproximaram-no de uma solução de tipo fascizante, cujos modelos emergiram pós-Primeira Guerra Mundial. Esta orientação fascizante foi, segundo António Costa Pinto (1999), marcada pelo:

carisma populista do ditador legitimado por plebiscito e o apelo messiânico ao *salvador*, a tentativa da ordem antidemocrática e o nacionalismo exacerbado, ao qual corresponde uma modernização do aparelho repressivo, o esboço de criação de um partido único de apoio ao regime e, finalmente, uma tentativa orgânica corporativa de representação (PINTO, 1999, p. 46).

Sidónio Pais constituiu, em suma, a figura exemplar do chefe de um regime de tipo profascista. A direita nacionalista, de herança integralista e sidonista recorreu, portanto, ao imaginário do herói individual e à mitologia patriótico-clerical, típica do regime diurno de imagens durandiano, para defender a existência de um regime profascista, apresentado como a realização da nova Idade tanto esperada. O sidonismo constituía, deste modo, um polo de oposição importante à Primeira República.

Em 1926, tal como em 1918, um grupo de militares aproveitar-se-ia da situação económica precária e da instabilidade governativa portuguesa para se apresentar como a solução para os problemas da população, descontente com o rumo económico-social do país. Seria, uma vez mais, num momento de crise, que o povo tentaria encontrar uma solução para os seus problemas num pretenso herói. De inspiração messiânica cristã, este herói apresentar-se-ia, primeiramente, à semelhança do que se passou com Sidónio Pais, na figura do General Gomes da Costa e, mais tarde, na figura do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar. O imaginário do herói individual constituiu, pois, uma base imagética a que o regime totalitário e fascizante português faria apelo.

A 28 de Maio de 1926, o General Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929), um dos mais prestigiados heróis de guerra, revoltou-se em Braga: à semelhança do que houvera feito

¹² Como referimos, as bases ideológicas podem ser encontradas no integralismo (o qual prefigura os valores do fascismo), na repressão social, na censura (nomeadamente no controlo das agrupações classistas e das suas publicações), na violência contra qualquer tipo de revolta social, nomeadamente numa revolta consfigurada pelas classes mais desfavorecidas da população.



Mussolini, Costa Gomes iniciou uma marcha sobre Lisboa. A maioria do Exército juntou-se a ele ou manteve-se neutral. O governo demitiu-se, o Presidente da República, Bernardino Machado, renunciou ao seu mandato e entregou todos os seus poderes a um dos revoltosos, o Comandante José Mendes Cabeçadas (1883-1965).

Findaria, então, a Primeira República.

Referências bibliográficas:

- ALAIN (*dit* Émile Chartier). **Préliminaires à la mythologie**. Paris: Paul Hartman, 1943.
- BACHELARD, G. **L'Eau et les rêves: essai sur l'imagination et la matière**. Paris: José Corti, 1942.
- BAPTISTA, J. **O 5 de Outubro**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1983.
- BERNIS, J. **L'Imagination**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- BOIA, L. **Quand les centenaires seront jeunes**. Paris: Les Belles Lettres, 2006.
- BRAGA, T. **Viriato**. Lisboa: Fronteira do Caos, 2006.
- CABRAL, M.V. **Portugal na alvorada do século XX**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- CASTRO, A. **A economia portuguesa do século XX (1900-1925)**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- _____. **A revolução Industrial em Portugal no século XIX**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- CATROGA, F. **O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- DURAND, G. **Les Structures anthropologiques de l'imaginaire: introduction à l'archétypologie générale**. Paris: Dunod, 1992.
- ELIADE, M. **Traité d'Histoire des religions**. Tomo I. Paris: Payot, 1949.
- MACEDO, H. A Mensagem e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro. **Revista Colóquio Letras**, nº 103, pp. 28-39, 1998.
- MEDINA, J. Zé Povinho e Camões: dois pólos da prototípia nacional. **Revista Colóquio Letras**, nº 92, pp. 11-21, 1986.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Breve História de Portuga**. Lisboa: Presença, 2001.
- _____. (coordenador). Portugal da Monarquia para a República. In Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, **Nova História de Portugal**, Vol XI. Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- _____. **Guia de História da 1ª República Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.
- _____. **História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.
- PAIS, S. **Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de**



Santarém. Disponível em: http://www.geocities.com/rosapomar/carvalho_um_ao.pdf

PINTO, A.C. O Fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos. **Penélope. Fazer e Desfazer História**, nº 3, pp. 44-62, 1999.

RICOEUR, P. **L'idéologie et l'utopie**. Paris: Seuil, 2005

_____. L'idéologie et l'utopie : deux expressions de l'imaginaire social (1976). In :**Du texte à l'action**, Paris, Éditions du Seuil, coll. « Esprit », p. 379-392.

RIOUX, J.P. **La Révolution Industrielle**. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

SALDANHA, A. **O Antagonismo entre o Herói Individual e o Protagonista Colectivo: o imaginário português através da História e da Literatura após o 25 de abril de 1974**. 2011. 750f. Tese (Doutorado). Université de Grenoble.

SARTRE, J.P. **L'Imagination**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

_____. **L'Imaginaire**. Paris: Gallimard, 2005.

TELO, A.J. **Decadência e queda da 1ª República Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

WHEELER, D. L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**, vol. XIV, nº 56, pp. 865-872, 1978.